

Ocupantes da altura: práticas verticais na cidade¹

Bárbara Côrtes Loureiro (Unifesp/SP)²

práticas verticais, fazer-cidade, usos não-previstos

Resumo: Esta apresentação tratará dos resultados da dissertação de mestrado "Pendências: como corpos que se penduram usam e fazem a cidade", defendida em 06 de maio de 2022. O trabalho compreende os efeitos das práticas verticais - um conjunto de maneiras desportivas e artísticas de deslocamento pedestre pelo eixo vertical, com uso de equipamentos para suspensão do corpo, como arneses, fixados a cordas por meio de mosquetões - sobre as percepções do espaço urbano e as relações corporificadas com esse contexto.

Para tanto, a discussão parte do caso peculiar de ocupação do viaduto Sumaré, na zona oeste da capital paulista, por essas práticas. O estudo do caso toma tal recorte devido às particularidades de sua ocorrência: no local em questão há praticantes dessas modalidades comparecendo diariamente para atividades sem vínculo institucional, de modo contínuo desde os anos de 1990. A pesquisa descreve e analisa situações do caso a fim de identificar o que as estabelece, como as práticas significam a si mesmas, à cidade, suas estruturas e seus usos. Como resultado central, sugere uma identificação dos usos não-previstos da cidade como expressão cidadina do caráter incapturável da movimentação corporal autônoma.

Apresentação

No início de maio de 2022, quase quatro meses antes desta 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, fechei o trabalho escrito para ocasião de meu mestrado, sob o título "Pendências: como corpos que se penduram usam e fazem a cidade". Como todo processo

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Paulo (PPGCS/Unifesp). Email: l.barbaracortes@gmail.com.

de pesquisa, este não se encerra na dissertação, que é sempre, no entanto, um produto permanente para oportunas discussões em seu campo. A fim de alargar o espaço das reflexões propostas pelo trabalho em questão, bem como retomá-las a partir de uma perspectiva posterior ao seu fechamento, trago alguns comentários a seu respeito para este Grupo de Trabalho³, na certeza de que a partilha contínua das questões que objetivam toda pesquisa é um exercício fundamental, fértil e potencializador de seus efeitos, em e além comunidade científica.

Para os fins desta apresentação, esmiuçarei brevemente a conclusão central da dissertação em questão, a fim de tomá-la como ponto de partida para uma discussão construtiva: as práticas verticais da cidade, a exemplo de sua permanência no viaduto Sumaré⁴ e por meio de seus agentes, revelam o caráter incapturável da movimentação corporal autônoma, bem como inauguram uma nova dimensão espacial pela própria ação e expressão cidadina, isto é, seu praticar revela um lugar constituído na medida de sua ocupação humana e autônoma da altura, do plano e eixo vertical de um vão aéreo entre o topo de um viaduto e a via que o cruza por baixo. Assim, acionando os termos de Michel Agier (AGIER, 2011), esse praticar, suas mobilidades, ocupações, agências e situações, configuram um “fazer-cidade”.

Para contextualizar esse cenário, cabe recuperar brevemente uma definição do que são, afinal, essas práticas: em suma, atividades - em geral de cunho desportivo e/ou artístico - de movimentação corporal em ou através de distâncias verticais, que alcancem alturas extraordinárias ou quaisquer alturas maiores que as das dimensões anatômicas do corpo humano. Essas atividades se valem de equipamentos e técnicas específicos, sendo mais comuns o uso de cordas, ancoradas ao ponto mais alto da distância vertical total; arneses - espécie de cinto que pode envolver apenas pernas e quadril do praticante ou se estender até

³ GT11 - “Antropologia das práticas esportivas e de lazer”, sob coordenação de Leonardo Turchi Pacheco (UNIFAL-MG) e José Ronaldo Fassheber (UNESPAR), compondo a programação da 33^a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA).

⁴ Viaduto na zona oeste da capital paulista, situado no distrito de Perdizes, e acoplado a uma estação de metrô de mesmo nome, desde a inauguração desta, em 1998. As práticas verticais ocupam o local desde meados dos anos de 1990, muito antes da chegada do metrô, da ciclovia e de outras estruturas que o circundam.

o torso -; e mosquetões (ganchos com fecho), para afixar tanto as ancoragens quanto os praticantes à corda. Faz-se bastante presente também o “oito”, equipamento de rapel, que permite ao praticante controlar manualmente seu deslizamento corda abaixo, para descer do ponto de ancoragem rumo ao pouso. Para práticas que requerem períodos mais longos de estabilidade⁵, em que o interesse é *permanecer* em um ponto alto do percurso, é comum o uso de “gri-gri”, uma polia com dispositivos autoblocantes, que impede a descida, contando também com uma alavanca, cujo acionamento promove o deslizamento pela corda.



imagem 01

⁵ É o caso, por exemplo, da Dança Vertical, em que os praticantes se colocam em determinada altura, por meio de uma corda, e ali permanecem para dançar e realizar manobras acrobáticas, usando o impulso contra uma parede ou traçando movimentos no espaço aéreo.

É comum que tais práticas sejam abordadas, no senso comum, nas mídias e na Academia, bem como por seus praticantes, pelo seu aspecto aventureiro, emocionante, excêntrico ou pela sua associação - em disputa entre vieses positivos e negativos - ao risco. No entanto, interessa-me antes observar as motivações, os processos e, sobretudo, os efeitos que essas atividades e seus praticantes exercem sobre a cidade, suas possibilidades e seus sentidos, para além do que possa caracterizá-las nas tensões conceituais entre o corriqueiro e o extravagante. Atravessadas pelas noções de lazer, trabalho, esporte, arte, do “radical” e do “comunitário”, as práticas verticais da⁶ cidade são, em todo caso, usos não-previstos do espaço e da arquitetura urbanos. Isso implica uma oportuna compreensão da existência de usos *previstos*, isto é, de uma difundida perspectiva funcionalista do corpo da cidade, bem como das atividades que o atravessam. O funcionalismo nas definições sobre a cidade faz-se flagrante no entendimento naturalizado de uma cidade estritamente produtiva, onde a arquitetura e o planejamento urbano não apenas cumprem, mas especialmente podem prever o conjunto - por sua vez, restrito - de possibilidades para a mobilidade urbana e, assim, para a movimentação humana, definindo usos possíveis do espaço e manifestando-os, via vozes do Estado, do Mercado e da “cultura”, como usos *devidos*.

Esse entendimento, constante dos traços de uma cidade moderna e sua ontologia, é tensionado já nas obras de Henri Lefebvre, crítico da centralidade assumida de uma coerência lógica, nas análises da cidade (LEFEBVRE, 2002). E é intensamente questionado por James Holston quando este problematiza o caráter totalizador do planejamento urbano:

[O planejamento modernista] tenta ser um plano sem contradição, sem conflito. Supõe uma dominação racional do futuro em que seu plano total e totalizador dissolve quaisquer conflitos entre a sociedade imaginada e a

⁶ Desde quando instalam-se na paisagem urbana, as práticas verticais passam a configurar particularidades que vão de sua relação técnica com o espaço às suas táticas de permanência, passando pelas motivações e os entendimentos, pelos praticantes, de seu uso do espaço. Nesse sentido, para fins de uma análise antropológica, cabe aqui uma compreensão de que as práticas verticais situadas na cidade são, também e ao mesmo tempo, práticas verticais *da* cidade. O entendimento da cidade como contexto indissociável de suas situações, práticas e fenômenos, dialoga aqui com as proposições de Heitor Frúgoli Jr.. Para aprofundamento, ver: FRÚGOLI JR., 2019.

existente na coerência imposta de sua ordem. (HOLSTON, 1996, pp. 248-249).

O debate, no entanto, é vivo em suas múltiplas perspectivas. A noção de uma cidade “fatal” nos seus aspectos opressivos, feita quase que somente pelas mãos de um Estado que determina seus limites de modo definitivo, bem como, em outra mão, a proposta de uma cidade ideal no seu planejamento, pensada para servir a fins “democráticos” a partir de referências inclusivas, são fortes marcos da contemporaneidade das discussões no campo das ciências sociais e, de modo mais abrangente, dos estudos da cidade. Nesse cenário, ao pesquisar processos e efeitos das práticas verticais, o que proponho é um reconhecimento de seu caráter descabido, precisamente no sentido de que tais atividades não se fazem capturar - ao menos até o momento em que as observo vivas -, nem pelas previsões de qualquer plano anterior, e tampouco - o que é mais surpreendente - pelas mediações e intervenções posteriores de uma eventual regulamentação, institucionalização⁷, mercantilização ou expressão ativista.

Não-previstas, não-produtivas, não-institucionais, mas consistentes na sua realização recorrente, as práticas verticais do viaduto Sumaré revelam brechas nessa compreensão de cidade conforme extrapolam seus fundamentos, que apontam para a fatalidade do controle estatal e do poder do Mercado, e apontam soluções restritas às disputas institucionais ou institucionalmente reconhecidas. Sem ignorar a evidente relevância e mesmo centralidade dos mecanismos institucionais de Poder, a análise em questão sobre as práticas verticais identificou relações criativas e propositivas que partem dos próprios cidadãos em direção à intenção primordial de “[usar] um espaço que *existe e não é usado*”⁸, sem a mediação sequer de reivindicações que lhes assegurem tal “direito”.

⁷ Uma discussão interessante para um paralelo possível é a que corre acerca da "esportivização" do skate, com sua entrada como modalidade nas Olimpíadas. Para tal discussão, ver: Machado, 2021. Ainda que atravessadas por certa disputa em torno do reconhecimento do rapel como esporte, não se pode dizer que haja qualquer sinal ou processo consistente de institucionalização das práticas verticais na cidade, sendo sua realização nos espaços públicos urbanos essencialmente informal e autônoma.

⁸ Expressão proferida por Sérgio de Souza, conhecido como “Boca”, técnico de segurança vertical e pioneiro da realização do rapel no viaduto Sumaré, durante entrevista à pesquisadora, no âmbito do mestrado.

Com tal conclusão acerca dos aspectos que compõem as práticas verticais da cidade como usos não-previstos, é pertinente voltar atenção aos efeitos desses usos. Faz-se daí oportuno o entendimento do contexto analisado como caso e material para uma discussão alargada acerca de processos de produção, reprodução e ruptura dos sentidos próprios de cidade, espaço e arquitetura urbanos. É, afinal, a partir das práticas que configuram os fazeres e o cotidiano [dos] cidadãos que se pode encontrar pistas que nos permitam acompanhar e analisar, de forma dinâmica, propositiva e aberta, os movimentos que constroem o continuum do futuro, para além das utopias e distopias totais.

Bibliografia

AGIER, Michel. “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos”. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. “Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro”. *Mana* [online], v.21, n.3, p. 483-498, 2015.

BARTHES, Roland. “A Aventura Semiológica”. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BARTHES, Roland. “Semiology and Urbanism”. In: *Elements of semiology. Trans.* Annette Lavers & Colin Smith. New York: Hill & Wang, 1967.

CALDEIRA, Teresa P. do R. “Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo”. São Paulo, Edusp; Editora 34, 2000.

CERTEAU, Michel. de. “A Invenção do Cotidiano: artes de fazer”. 22a ed. v. 1. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

FRÚGOLI JR., Heitor. (org.). “Práticas, conflitos, espaços: pesquisas em Antropologia da Cidade”. Ed. Gramma. Rio de Janeiro, 2019.

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HOLSTON, James. “Espaços de cidadania insurgente”. In: *Revista do IPHAN*, n. 24, 1996.

LEFEBVRE, Henri. “A produção do espaço”. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Aracaju: Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial - Universidade de Sergipe (GPECT), 2006.

LEFEBVRE, Henri. “A Revolução Urbana”. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte:

Editora UFMG, 2002.

MACHADO, Giancarlo M. C. (2021). Os enquadramentos da cidadinidade: sobre os impactos da prática do skate de rua na cidade de São Paulo. *Revista De Antropologia*, 64(3), e189652

MAGNANI, José Guilherme C. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. “As Imaginações da Cidade: práticas culturais juvenis e produção imagética”. *Revista Iluminuras*, v. 18, p. 11-37, 2017.

Imagem

Um dos pontos de ancoragem, usando os espaços vazados do parapeito do viaduto Sumaré. Na imagem, é possível identificar alguns dos equipamentos e das técnicas característicos. Conforme indicação numerada: 1. “Nó oito”; 2. mosquetão; 3. fita; 4. gri-gri. Imagem: acervo pessoal, 2018.